

MILITANTES E GUERRILHEIRAS: as mulheres e a ditadura militar no Brasil

Militants and Guerrilla Women: women and military dictatorship in Brazil

Ana Maria Colling¹

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior²

Artigo recebido em: 26/06/2019.

Artigo aceito em: 14/10/2019.

RESUMO

A história política é uma coisa de homens a história da ditadura militar no Brasil é a radicalização da invisibilidade do feminino. As mulheres militantes políticas, não eram encaradas como sujeitos históricos, portanto, excluídas do jogo do poder, dos relatos históricos e das documentações sobre o período. A desigualdade entre os sexos, continua alarmante nos dias de hoje. Nossa proposta neste texto é fazer um breve balanço da literatura sobre mulheres e ditadura militar e estabelecer duas formas de resistência. A primeira delas é escrever sobre a ditadura militar, se contrapondo aos donos do poder, que querem apagar este período trágico de nossa história. E, a segunda forma de resistência, é escrever sobre as mulheres durante a ditadura, espaço dominado pelos homens, como foi a Guerrilha do Araguaia, onde muitas mulheres, tidas como guerrilheiras, perderam suas vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; ditadura militar; resistência; militantes.

ABSTRACT

Political history is a man's thing the history of the military dictatorship in Brazil is the radicalization of the invisibility of the feminine. Political militant women were not regarded as historical subjects, therefore, excluded from the power play, historical accounts and documentation of the period. Gender inequality remains alarming today. Our purpose in this paper is to take a brief look at the literature on women and military dictatorship and to establish two forms of resistance. The first is to write about the military dictatorship, as opposed to the owners of power, who want to erase this tragic period from our history. And the second form of resistance is to write about women during the dictatorship, a male-dominated space like the Araguaia Guerrilla, where many women, regarded as guerrillas, lost their lives.

KEYWORDS: Women; military dictatorship; resistance; militants.

1 Doutora em História do Brasil pela PUCRS, especialista em história das mulheres e das relações de gênero. Professora do PPG em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Lattes: 6884563498366073, e-mail: acolling21@yahoo.com.br. Pesquisadora da UNESCO junto à Cátedra “Diversidade cultural, gênero e fronteiras”. Coordenadora do grupo de pesquisa junto ao CNPq “Gênero, história e interculturalidade”. Entre suas obras destacam-se “A resistência das mulheres à ditadura militar no Brasil” e a organização do “Dicionário Crítico de Gênero” (prêmio ABEU 2016 em Ciências Humanas).

2 Doutorando em História – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus Coxim, <http://lattes.cnpq.br/8622266981151373>, e-mail: academicoary@gmail.com. Atualmente faz parte dos grupos de pesquisa História Oral e Memória; Estudos do Tempo Presente - ligados ao Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Memórias, Ditaduras e Contemporaneidades ligado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e ao Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (LEGHI) ligado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados em conjunto com Cátedra Unesco.

Introdução

Nestes tempos de obscurantismo por que passa o Brasil, com tentativas de desqualificar a História (assim como a Filosofia e a Sociologia), e, uma vontade política dos atuais governantes, de revisionismo na história brasileira modificando a abordagem sobre o período da ditadura militar, afirmando que ela não existiu, escrever é preciso.

Esta tentativa não nos causa estranhamento, pois quem teve a coragem de homenagear Carlos Brilhante Ustra (torturador da então militante de esquerda Dilma Roussef) no impeachment da presidenta, segue seu caminho de convicção de que torturas, desaparecimentos e mortes nada significaram³. Mas o sinal de alerta estava sendo dado, pois pareceu que este fato não provocou repúdio da população brasileira.

Por outro lado, como resposta a este pensamento míope, pequeno, conservador, as resistências surgem: muitas aulas nas universidades, muitos eventos, muitas publicações denunciando a triste passagem de nossa história e, pedindo, que não se esqueça. Falamos sempre em ditadura militar (1964- 1979)⁴ mas reiteramos que não foram somente militares que comandaram o Brasil mas uma aliança entre civis e militares em nome do capital nacional e internacional. Os presidentes deste período foram todos militares, mas os civis ocuparam cargos importantíssimos e estratégicos como, por exemplo, o Ministério do Planejamento, sempre ocupado por homens sem farda⁵.

A história do Brasil ainda está por ser contada, em especial a história do tempo presente. Após o fim dos terríveis tempos da censura, o período pouco a pouco vai

3 O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra conhecido como “Major Tibiriçá” foi responsável pelo centro de tortura Doi-Codi entre 1970 e 1974. Em outubro de 2008 num processo inédito no Brasil, Ustra torna-se o primeiro oficial a ser declarado e condenado como torturador no Brasil.

4 Marcamos 1979 e não 1985 quando se dá a eleição indireta para presidente acabando com o regime militar, porque neste ano foi conquistada e instituída a anistia. Os seis anos restantes são conhecidos como período de abertura, lenta e gradual.

5 Uma fonte cinematográfica sobre a aliança entre civis e militares durante a ditadura é o documentário intitulado “Pastor Sérgio” (direção de Beth Formaggini). Um depoimento à Comissão da Verdade de São Paulo do ex torturador Sérgio Guerra que se converte à Igreja evangélica. Talvez a parte mais tocante deste documentário seja o relato sobre a incineração de cadáveres de militantes de esquerda em fornos de uma usina de cana de açúcar de um empresário “civil” paulista.

sendo narrado. Muitas biografias, na maioria masculinas, algumas análises e quase nada da participação feminina.

A carência de história contribui para a falta de memória de um país e pela compreensão equivocada que alguns possuem sobre este período. Michele Perrot em um texto intitulado *Práticas da Memória feminina*⁶, nos alerta que frequentemente as mulheres apagam delas mesmas as marcas que adquiriram dos passos que deram no mundo, como se deixá-las aparecer fosse uma ofensa à ordem. Esse apagar de marcas seria uma forma de adesão ao silêncio que a sociedade impõe às mulheres, especialmente no mundo público/político. Para Perrot a história oral seria uma revanche das mulheres, que estão ausentes, nos arquivos públicos e oficiais.

A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões sociais estabelecidos para os dois sexos. Causava estranheza aos conservadores, que mulheres invadissem um campo, que, segundo eles, não é o seu.

Convenceram-se e tentaram convencer à sociedade como um todo, que a militante política seria um desvio de mulher. Quem não lembra dos cartazes afixados pelas paredes do país com fotos de mulheres, jovens e bonitas, onde estava escrito – “Estes rostos bonitos escondem perigosas terroristas” ou “Ajude a proteger sua vida e de seus familiares. Avise a polícia”.

Á perplexidade frente a militante política exige uma caracterização necessária para enquadrar esta mulher em uma categoria, já que ela não faz parte do modelo histórico feminino que povoa os sonhos e o imaginário masculino. Até então, a sociedade é dividida em dois blocos antagônicos: situação e oposição, igualando-se os sujeitos. A esquerda tradicional repete a mesma fórmula: ou se é sujeito burguês ou proletário. As diversidades são entendidas como divisionistas da luta principal, inclusive no campo da esquerda. Estes dois discursos constroem sujeitos políticos únicos, desconsiderando a presença feminina e enquadrando-a em categorias que a desqualificam. Nesta medida, institui-se a invisibilidade da mulher como sujeito

⁶ PERROT, Michele. “Práticas da Memória Feminina”. In: Bresciani, Maria Stella Martins (org.). *A Mulher no Espaço Público*, São Paulo, Marco Zero, 1989.

político.

Foram tempos difíceis aqueles da ditadura militar. Especialmente para as mulheres que tinham que lutar contra o inimigo externo – os militares –, e com o interno – as organizações de esquerda, que olhavam para aquele movimento “com a impaciência de quem é interrompido em meio a uma atividade séria pela visão inoportuna de um ato obscuro”⁷. A luta pela causa específica da mulher era considerada inoportuna, inconveniente e divisionista.

Se a história política é uma coisa de homens a história da ditadura militar no Brasil é a radicalização da invisibilidade do feminino. A mulher militante política, engajada em partidos políticos de oposição à ditadura, não era encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder. Apesar de tantas mulheres, juntamente com os homens, lutarem pela redemocratização do país, foram excluídas dos relatos históricos e das documentações sobre o período.

A ditadura militar ainda está a doer nas entranhas históricas brasileiras. Por não ter sido revisitada por uma crítica nacional, ela continua a assombrar a todos nós. A anistia ampla e irrestrita anistiou a todos – torturados e torturadores. As relações de gênero, a desigualdade entre os sexos, presente naquele período continuam alarmantes nos dias de hoje. Além da disparidade na política, a violência contra a mulher coloca a nu o poder de uns sobre outras.

Nossa proposta neste texto é estabelecer duas formas de resistência. A primeira delas é escrever sobre a ditadura militar quando o tema é “maldito” por quem está no poder. Uma resistência efetiva demonstrada especialmente pelas universidades que tem proporcionado dossiês sobre este período como é o caso desta publicação. E, a segunda forma de resistência, talvez mais difícil que a anterior, é escrever sobre as mulheres durante a ditadura, pois elas sempre foram desqualificadas como sujeitos políticos.

7 VENTURA, Zuenir. 1968. *O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p.36.

As mulheres e a ditadura: um breve balanço

Ao longo das últimas décadas, um elevado número de estudos sobre o protagonismo feminino na resistência ao regime militar brasileiro passou a fazer parte do banco de teses e dissertações de universidades brasileiras. Além dessas, obras memorialísticas, eventos sobre o tema, bem como obras publicadas vem contribuindo de forma significativa para o debate. Com isso, diferentes abordagens mostraram-se possíveis e acrescentaram não apenas aos estudos específicos sobre as mulheres no período, mas na própria historiografia sobre o tema da ditadura militar brasileira, onde as relações de gênero passaram a fazer parte de muitos desses escritos.

Desde os primeiros debates acadêmicos, ainda na década de 90 do século passado, pioneiros em áreas como sociologia, antropologia, história e jornalismo, a resistência das mulheres ao regime militar brasileiro apresentava elementos de destaque e de fatores até então pouco abordados. Discussões acerca da representatividade das mulheres na esquerda brasileira, bem como pelo próprio regime, e a luta por igualdade de gênero, intrínseco a derrubada da ditadura, além das diferentes formas de resistência foram algumas das contribuições de Ridenti (1990), Ferreira (1996), Colling (1997) e Carvalho (1998).

Nos anos 2000, novas pesquisas não apenas deram seguimento as discussões apresentadas pelos trabalhos mencionados anteriormente como trouxeram personagens e abordagens até então pouco debatidas. No tocante a área de História, contribuições como os de Joana Pedro, Margareth Rago, Carla Conradi, Janaína Teles são alguns exemplos. Juntamente a esses trabalhos, devemos destacar a importância dos programas de pós-graduação que observando a necessidade dos debates, fomentaram pesquisas que reconstróem e discutem parte de uma memória nacional pouco explorada.

Importante destacarmos que a presença da mulher na política não era algo visto como natural por parte dos órgãos de repressão, instalados no poder, bem como a própria sociedade. E é a partir desse raciocínio que muitas das mulheres presas durante o regime militar sofreram em seus corpos a marca mais profunda da

repressão, a tortura. Inseridas em um contexto circundado de princípios morais e éticos, alicerçados em uma cultura cristã, por muito tempo a função das mulheres, como difundida, era cuidar do privado (casa), enquanto a dos homens, do público (política). Assim, os discursos que predominavam no século passado, buscavam moralizar, e ao mesmo tempo comandar o comportamento de cada indivíduo, estabelecendo uma clara oposição entre homens e mulheres.

Nessa conjuntura, veremos representações femininas que, inclusive, dentro dos próprios grupos de esquerda as diferenciavam na militância, assim como o Estado que fazia questão de desmerecer sua presença, pois entendia não ser a política um espaço destinado a elas. Com base no banco de dados do *Brasil Nunca Mais*, Ridenti (1993), destaca que durante os anos de 1960 e 1970, mais de 16% dos processos se referiam às mulheres, tendo partidos como a Ação Popular (AP), a Ação Libertadora nacional (ALN) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) o maior número de representantes.

Quanto à ALN, em 2018, sob o título *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*, Maria Cláudia Ribeiro apresenta uma importante contribuição para pensarmos como se davam as relações entre as mulheres e as organizações partidárias. E destacando o protagonismo feminino, observamos assim como em outras obras, o quanto as mulheres tiveram um papel importante não apenas no processo de redemocratização política, mas, também no rompimento de padrões já estabelecidos, que as colocavam à margem.

Em relação às discussões de gênero e do espaço atribuído à mulher na política, segundo Ferreira (1996) “a diferenciação entre os sexos está na base do processo classificatório que organiza a sociedade, ao mesmo tempo que é, ela própria, construída pela cultura” (FERREIRA, 1996, p. 51). Assim, veremos que em diferentes períodos da história, o sexo feminino foi visto como secundário, bem como suas ações não receberam a visibilidade que ações feitas por homens.

No campo da política, esta questão é mais acirrada, pois ainda se entende que quem decide os rumos de uma nação, são os homens, menos da metade da população brasileira. Como exemplo desta afirmação, temos que recuar muito pouco na história.

O impeachment de Dilma Rousseff e as agressões sofridas por ela antes do final de seu mandato, corroboram nossa afirmação.

Ao tecermos uma breve reflexão sobre biografias e/ou livros memorialísticos sobre o período, observaremos que a presença masculina é preponderante, algo que não ocorre com as mulheres. Para muitas mulheres, que sentiram em seus corpos os mais variados atos de violação, seja ela simbólica, psicológica e física, falar sobre alguns aspectos e/ou rememorar determinadas passagens de suas vidas ainda é algo doloroso. Assim, muitas delas preferiram o anonimato, não apenas como forma de preservar sua integridade emocional, mas também para tentar superar as situações vividas. Sem esquecer que, ao se anistiar torturados e torturadores, estes últimos são presença constante e efetiva na política brasileira, bem como seus apoiadores.

Ao longo dos últimos anos, não apenas a temática das mulheres e as diferentes formas de resistência à ditadura foram registradas como também, diferentes programas de pós-graduação passaram a problematizar o regime militar no âmbito regional e local. Isso permite observarmos as diferentes formas nas quais a ditadura foi se estabelecendo em estados e municípios, instalando departamentos e efetivando as perseguições políticas. A cada novo estudo, a exemplo de “*Memórias do sótão*”: *vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985)*, de Conradi (2015), percebe-se que ainda que estivessem em uma luta comum, a forma como resistiram a ditadura e como esta afetou diferentes lugares do país trazem uma outra dinâmica para pensarmos o período.

Assim, a partir dessa amplitude de estudos e possibilidades, vimos ao longo dos últimos anos o surgimento de uma variedade de formas de resistência ao regime militar, luta pela moradia, pelo viés da cultura, pela anistia, pela luta armada etc, demonstrando que em todos esses espaços, lá estavam às mulheres brasileiras. Muitas mulheres, quase sempre jovens, adentraram à militância política tendo que lidar com olhares diferenciados e preconceituosos, tanto dos órgãos de repressão, como dentro dos próprios movimentos de oposição, sem esquecer obviamente, o olhar social, que encarava com estranhamento estas militantes. Tais aspectos demonstram que a participação da mulher, sua militância em oposição à ditadura apresenta aspectos

importantes para se analisar não apenas questões políticas, mas também fatores culturais que condicionavam o período, e as relações de poder instituídas.

Guerrilha do Araguaia: lá também lutavam mulheres

O golpe de 1964 pôs fim não apenas aos direitos democráticos conquistados, como também acabou gerando rupturas na esquerda brasileira, que baseadas em diferentes projetos ideológicos passaram a buscar saídas alternativas para o projeto nacional instituído. A partir da cisão com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, surgiram a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), que tinham como principal justificativa, a contrariedade à forma pacífica como o PCB estava agindo, sendo contrário à luta armada. Assim, com o endurecimento do regime, em meados de 1967, militantes do PC do B passaram a ver na região do Araguaia, atual norte do país, uma alternativa viável para a resistência e a tentativa de uma revolução de moldes cubanos e chineses.

Em relação à guerrilha do Araguaia, sua idealização já vinha sendo planejada por alas do PC do B que seguindo correntes ideológicas socialistas marxista-leninista via no campo uma alternativa para o começo de uma revolução (PORTELA, 1979). Além disso, é importante ressaltar que tentativas de organizar guerrilhas urbanas pelo Brasil, na tentativa de resistir à ditadura não obtiveram êxito. Tal situação pode ser entendida pelos diversos aparatos criados pela repressão para coibir quaisquer focos de oposição no Brasil. Assim, a vida nos grandes centros urbanos, fosse pelos agentes infiltrados, bem como pelas práticas de tortura e prisão dificultaram ações nas cidades.

Assim, baseados nas experiências chinesa (1949) e cubana (1959), sessenta e nove militantes, mulheres e homens, divididos em três destacamentos (A, B e C) desenvolveram uma resistência rural na atual região Norte do Brasil⁸. No final, quase todos os militantes foram mortos e os silêncios em torno do episódio continuam vivos, uma vez que muitos corpos não foram encontrados e o Estado brasileiro não apresentou qualquer indício de onde estariam (CARVALHO, 1998).

⁸ O número exato de militantes varia de acordo com a bibliografia, pois algumas levam em consideração a entrada de moradores da região na composição guerrilheira.

Em obras sobre o tema do Araguaia é possível encontramos a menção a dezesseis mulheres, as quais foram divididas nos respectivos destacamentos e regiões estratégicas. Contudo na constituição do grupamento guerrilheiro foi possível observar algumas dificuldades quanto à chegada de mulheres à região. Em 2018, Criméia Schimdt, relatou sua chegada ao Araguaia:

A chegada da estudante de enfermagem desagradou os militantes já habituados ao local, que preferiam homens para aquele tipo de trabalho. No caminho para o Araguaia, Amazonas falou sobre algumas dificuldades na selva.

“Você vai ter de levar umas toalhinhas de pano, pois lá não tem absorvente”, avisou o velho Cid.

Ela parou em uma loja em Anápolis. Só tinha tecido verde. Comprou aquele mesmo. Em outro momento da viagem, Alice ficou irritada com Amazonas. O líder comunista afirmou que o engajamento de outras mulheres dependeria do desempenho dela.

“Porque você cobra isso das mulheres?”, reage a jovem. “Se o primeiro homem a chegar aqui não desse certo não haveria guerrilha?” (MORAIS e SILVA, 2011, p. 74).

Já sob o olhar da repressão, muitos soldados foram surpreendidos ao encontrarem mulheres participando da guerrilha, supondo maior facilidade em termos de confronto do que com guerrilheiros homens. Contudo, veremos que as mulheres militantes do Araguaia tiveram prestígio não apenas entre os próprios companheiros, mas o reconhecimento da própria repressão. Dentre os casos mais emblemáticos está o da baiana Dinalva Oliveira, conhecida como Dina do Araguaia.

Especificamente sobre as guerrilheiras, além de Criméia e Dinalva, entendemos que todas tiveram importância, algo que transcende qualquer tipo distinção, pois a presença delas não rompia apenas com a política, mas, também contrária a ideia machista que aquele lugar, no meio da selva, não era lugar de mulher. Assim, além das citadas anteriormente, devemos mencionar os nomes de Luzia Reis, Helenira Resende, Dinaelza Santana, Elza Monnerat, Maria Lúcia Petit, Suely Kanayama, Lúcia Maria de Souza, Luiza Garlippe, Jana Moroni Barroso, Áurea Valadão, Maria Célia Correa, Regilena da Silva Carvalho, Lúcia Regina Martins, Telma Regina Correia, Walkiria Afonso da Costa e Rioko Kayano (MORAIS e SILVA, 2011).

Dotada de muitos silêncios, e com a liberação gradual de documentação, a guerrilha do Araguaia ainda é um estudo pouco explorado se observarmos outros temas sobre o período. Ainda em relação aos silêncios do Araguaia, estão as circunstâncias das mortes dos militantes, inviabilizando o direito das famílias de enterrar seus entes queridos.

Em meio a toda a dificuldade na constituição de fontes e um referencial bibliográfico vasto, debates em torno da guerrilha do Araguaia levaram ao surgimento e ao amadurecimento das “invisibilizadas” militâncias femininas. Assim, estudos como, *Guerrilheiras do Araguaia: os caminhos de quatro jovens militantes* de Iano Maia (2004), *Araguaia: desvelando silêncios (a atuação das mulheres na guerrilha)* de Fabiana Guerra (2006), *Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia* de Bruno Ribeiro (2007) e *Ainda choram marias e clarices: mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência á ditadura militar no Brasil* de Denise Rigonati (2015) trouxeram importantes contribuições sobre a temática. A partir dos estudos citados veremos uma constatação comum, a da presença das mulheres como protagonistas na história e sua importância para a guerrilha do Araguaia.

Assim, entendemos que a militância das mulheres contra o regime militar apresenta inúmeras formas de rompimento e normatizações, fazendo de suas ações um ato ainda maior de resistência. Ao se posicionarem criticamente geravam descontentamento não apenas social, mas também político, fossem nos interrogatórios que eram submetidas pela repressão, suportando todos os tipos de humilhações em voga de sua sexualidade ou na própria convivência dentro dos aparelhos dos partidos e espaços de luta política. Na guerrilha o que se percebe é que não foi diferente e que caso o primeiro homem a ir ao Araguaia falhasse este seria substituído por outro, o que ocorreria de forma diferente para as mulheres, como tão bem destacou a militante Criméia Schimdt.

Conclusão

Os movimentos pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff levaram às ruas brasileiras, não somente a ira anti-petista; “Abaixo Paulo Freire” era temático de

muitas passeatas. Certamente, quem carregava aqueles cartazes não conhece a história do educador. Antes do golpe militar de 64, um novo método de alfabetizar causava impacto: ao invés das tradicionais cartilhas imbecilizantes, procurava colocar a palavra política no comando do processo de aprendizado como forma de conscientização da situação social vivida pelas populações analfabetas e marginalizadas. Após o golpe, seu criador, Paulo Freire, é exilado e seu método proibido. Em seu lugar institui-se o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) que tinha como objetivo que as pessoas somente assinassem seu nome, portanto continuavam analfabetas ou semi-analfabetas. Ainda hoje, o Brasil sofre, em suas entranhas, o analfabetismo e as consequências do MOBRAL.

O mais trágico, nas passeatas pelo impeachment da única mulher presidenta na história de nosso país, foi a campanha pela volta à ditadura militar, onde muitos pediam “intervenção militar já”. Um dos motivos, em nosso entendimento, desse sentimento de retrocesso, político e social, é o desconhecimento do que foram de fato, aqueles duros tempos. É bom recordar que muitas mulheres foram às ruas na passeata “Família com Deus pela Liberdade” em 1964, pedindo a deposição de João Goulart e alertando para o perigo comunista. Estas mesmas mulheres, logo depois, voltam às ruas atrás de seus filhos, amigos e parentes desaparecidos ou mortos pelas mãos da ditadura.

Além destas mães que procuram seus filhos e filhas, onde andavam as mulheres neste período? Todas no “santuário” do lar, esperando o casamento e a maternidade? Ou, também nas ruas, nos “aparelhos” fazendo oposição ao regime de exceção? Estavam nas ruas, nas passeatas, nos partidos juntamente com os homens na luta pela democracia e pela liberdade. Sempre mal-vistas, pela repressão que as desqualifica, porque, segundo ela, essas mulheres que estão no mundo dos homens, espaço público/político, são promíscuas à procura de homens. E, para desmerecê-las, unem dois conceitos, desabonatórios na época, comunista e prostituta. Essa mulher não era somente uma opositora à ditadura, mas subvertia os valores estabelecidos, que não atribuíam à mulher espaço para a participação política.

Se a história política é essencialmente masculina, a história da ditadura militar no Brasil é a radicalização da invisibilidade do feminino. A mulher militante política, engajada em partidos políticos de oposição à ditadura, em guerrilhas como o caso do Araguaia, não era encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder. Apesar de tantas mulheres, juntamente com os homens, lutarem pela redemocratização do país, foram excluídas dos relatos históricos e das documentações sobre o período.

Em suas obras, *Vigiar e Punir* e *História da sexualidade, a Vontade de Saber* Michel Foucault nos apresenta seus conceitos de poder e resistência. O poder para este filósofo/historiador se encontra em todos os espaços públicos ou privados e a resistência é parte constitutiva do poder, anunciando propostas de liberdade. Para Foucault o poder não é algo que se detém, mas que se exerce e atravessa todo o corpo social. Segundo Foucault,

(...) lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. As relações de poder não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão. Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. (...) Mas resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição não podem existir a não ser no campo estratégico de poder. (FOUCAULT, 1977, p.91)

Também Judith Revel, estudiosa de Foucault, explicita esta relação poder versus resistência. Segundo ela esta reciprocidade não é redutível a um modelo simplista onde o poder seria totalmente negativo e as lutas sempre tentativas de liberação:

(...) não somente o poder, ao produzir efeitos de verdade, é positivo, mas as relações de poder somente estão por toda parte porque por toda parte os indivíduos são livres.. Não é, portanto fundamentalmente contra o poder que nascem as lutas, mas contra certos efeitos de poder, contra certos estados de dominação, num espaço que foi, paradoxalmente, aberto pelas relações de poder. E inversamente: se não houvesse resistência, não haveria efeitos de poder, mas simplesmente problemas de obediência. (REVEL, 2005, p. 76).

É sobre poder e resistências que tratamos neste texto. Resistências de homens e mulheres que durante todo o período da ditadura militar foram humilhados, torturados, mortos; deram suas vidas pela liberdade e democracia. As mulheres militantes nos partidos de esquerda tiveram que resistir duplamente: contra a ditadura militar e, inclusive, em relação a seus companheiros que não tinham a preocupação em analisar e resolver as intrincadas relações de poder entre homens e mulheres, presentes também dentro das organizações.

Se o mundo inteiro virava de cabeça para baixo em 1968 com os jovens demonstrando sua rebeldia nas ruas, no Brasil nossos jovens fugiam da polícia, muitos escondidos em casas clandestinas. 1968 é marcado também pelo movimento feminista e a discussão sobre a sexualidade das mulheres ganha acento com a invenção da pílula anticoncepcional. Mas a esquerda que combatia a ditadura, não propiciava o debate sobre as relações feminino/masculino, sobre as questões femininas porque, segundo ela, havia uma contradição maior a ser resolvida: a oposição entre a burguesia e o proletariado. Debater ou enfrentar a diferença entre os sexos, as questões específicas femininas seria desviar da luta principal. Este comportamento reforçava o poder dos homens nas organizações de esquerda.

Referencias Bibliográficas

BASTOS, Natalia. **Elas por elas**: trajetória de uma geração de mulheres de esquerda no Brasil – anos 1960-1980. 2007. 138 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CARVALHO, L.M. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

CAVALCANTI JÚNIOR, Ary Albuquerque. **“Para não dizer que não falei das flores”**: Memórias de mulheres na resistência à ditadura civil-militar (1964-1985). 2016. 125f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós- Graduação em História Regional e Local. Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2016.

_____. As mulheres Brasileiras na Ditadura Civil-Militar: avanços e abordagens em quase quatro décadas de resistência. **Fronteiras**, v. 21, n. 36, p. 177-199, 2018.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. “A ditadura militar e o corpo feminino”. In: **Faces e interfaces da violência de gênero**. Goiânia: Editora UFG, 2017, p. 81-98.

_____. “50 anos da ditadura militar no Brasil: questões feministas e de gênero”. In: **Revista Opsis**. Goiânia: Editora UFG, 2015. P. 370-383.

CONRADI, Carla Cristina N. **“Memórias do sótão”**: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). 2015. 267 fl. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal do Paraná, 2015.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**. A história da violência nas prisões. Petrópolis; Vozes, 1991.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Volume 1. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araujo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Mulheres e militância**: encontros e confrontos durante a ditadura militar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

JOFFILY, Olívia Rangel. **Esperança equilibrista**: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). 2005. 170fl. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. **As mulheres e os silêncios da história**. Bauru/SP: Edusc, 2015.

_____. “Práticas da Memória Feminina”. In: Bresciani, Maria Stella Martins (org.). **A Mulher no Espaço Público**, São Paulo, Marco Zero, 1989.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

REVEL, Judith. **Foucault**. *Conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Maria Cláudia B. **Mulheres na luta armada**: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018.

RIDENTI, Marcelo. S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.2, n.2, p. 113-128, 1990.

_____. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.